

A governamentalidade neoliberal e algumas implicações no espaço geográfico contemporâneo

Bruno Nunes Batista

Do Instituto Federal Catarinense, Campus Blumenau – SC – Brasil
brunonunes.86@hotmail.com

Resumo: O artigo realiza uma genealogia do pensamento neoliberal através da perspectiva de Michel Foucault, num esforço de resposta ao seguinte questionamento: quais seriam as implicações desse discurso na leitura do espaço geográfico contemporâneo? Com esse objetivo em mente, a discussão se desenvolve tomando por base 1) levantar o conceito de governamentalidade foucaultiano; b) entender, a partir disso, a construção do liberalismo clássico; c) situar as condições históricas de emergência do neoliberalismo; d) diferenciá-lo do discurso liberal; e) problematizar o *homo oeconomicus*; e) sinalizar alguns efeitos do regime de verdade neoliberal na contemporaneidade, no que se refere às categorias tanto de espaço quanto de tempo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Foucault. Governamentalidade. Espaço. Tempo.

Convite ao problema

Se existiria algo do qual a Geografia poderia orgulhar-se seria a notável capacidade dos seus instrumentos analíticos de diagnosticarem a contemporaneidade. Munida de categorias de leituras fundamentais à compreensão do espaço geográfico, como paisagem, lugar, território e redes, o fato é que, em tempos de globalização e acumulação flexível do capital, essa ciência parece adquirir, talvez como nunca antes, um protagonismo invejável em termos de leitura do presente social. Não por acaso, Foucault (2011, p. 411) já dizia que “A época atual seria, talvez de preferência, a época do espaço”. Com efeito, poderíamos encontrar na obra de geógrafos de correntes diversas, como Milton Santos, Roberto Lobato Correa, Rogério Haesbaert, Edward Soja, David Harvey e Doreen Massey as chaves decodificadoras de muitos dos efeitos do capitalismo contemporâneo nas configurações do espaço e do tempo. Mais do que isso, entenderíamos não apenas o espaço geográfico em si mesmo, mas também as transformações que vêm ocorrendo no Estado, no trabalho, na economia de mercado e nas culturas.

No entanto, ressalvadas essas contribuições, arrisco-me dizer que a Geografia, talvez, não venha tendo uma ação satisfatória no que toca ao entendimento do principal motor subjetivo e objetivo da vida contemporânea. Refiro-me ao neoliberalismo. A rigor, ainda

estaríamos entendendo esse pensamento como uma continuidade intensificada do liberalismo clássico, que teve em economistas como David Ricardo e Adam Smith seus maiores expoentes. E isso, no que diz respeito à resistência, é um grande problema.

Como sabemos, o discurso liberal não foi fragilizado apenas pelos seus defeitos internos, mas também porque, a rigor, tinha como antagonista uma filosofia do porte do materialismo dialético – essa não só desconstruía os argumentos liberais principais como também propunha uma alternativa a eles. Falta-nos, nesse sentido, um conjunto de conceitos operacionais que confrontem potencialmente o neoliberalismo. Contudo, sobretudo estaria faltando, em primeiro lugar, uma melhor compreensão da sua origem e funcionamento. Enquanto a lacuna não é preenchida, o discurso neoliberal vem avançando com assustadora facilidade.

Este texto que se inicia, é óbvio, não tem a pretensão megalomaniaca de superar o neoliberalismo. A própria História nos mostrou, aliás, os perigos de não sabermos a diferença entre as condições *necessárias* e as condições *suficientes* para a transformação de uma sociedade. O que irei fazer, ao contrário, é trazer para discussão um dos pensadores mais notáveis do século XX justamente pela originalidade das suas análises em temas tão díspares quanto próximos, como as instituições modernas, a ética e a sexualidade: Michel Foucault. Dentre as vastas pesquisas realizadas na década de 1970, não passou batido pelos olhos do célebre filósofo a emergência de um discurso inédito, forte e que parecia vir para ficar. Com uma perspicácia que lhe era própria, além de um tino singular para identificar tendências, Foucault irá se debruçar sobre o neoliberalismo, entendendo-o não só como mera teoria econômica, mas sim como um modo de vida que tem no Estado seu maior promovedor. Só por esse motivo Foucault já seria merecedor da nossa atenção: ele não sinaliza, ao contrário do que muito se diz, que o neoliberalismo propõe seja o fim do Estado, seja um Estado mínimo. A economia de mercado precisa do Estado como parceiro e subordinado, eis a fórmula neoliberal.

Com esse debate em mente, retomarei a partir de Foucault, e com o auxílio também de outros autores de semelhante grade de inteligibilidade, o neoliberalismo enquanto uma racionalidade estatal ancorada no conceito de *governamentalidade*. A partir disso, contrastá-lo-ei ao liberalismo clássico, tomando por base principal sua produção de subjetividade, idealizada pelo suposto *homo oeconomicus*. É por intermédio desse raciocínio que talvez poderíamos, conseqüentemente, compreender de um outro lugar alguns reflexes que vêm repercutindo no espaço geográfico contemporâneo.

Uma arte de governar a população: governamentalidade

Para se ter uma ideia do percurso investigativo foucaultiano que desemboca na genealogia do neoliberalismo no século XX, é preciso que se faça, antes de tudo, um apanhado geral das condições de vida no ocidente europeu a partir do século XV. Afinal, foi em meio a esse tenso período, de importantes rupturas históricas, que se anunciava uma nova relação de poder no bojo do Estado, cuja pedra de toque seria atuar sobre a população e geri-la da maneira mais eficiente possível.

Por essa época, assistimos à gradual decadência das condições de existência do feudalismo na Europa, capitaneada por um lado pelo crescimento das cidades e, por outro, pela intensificação de relações capitalistas e comerciais. De uma maneira inédita, foram ensejadas as oportunidades para a explosão demográfica num desorganizado meio urbano que, despreparado, passava a ser caixa de ressonância de problemas de ordem variada. Bastaria lembrar, por exemplo, da degradação das condições sanitárias, das sucessivas epidemias, de uma população dizimada pela insuficiência de alimentos, e de um contingente migratório precário que, apesar disso tudo, não parava de se deslocar para as jovens cidades. Paisagem dualizada entre uma burguesia progressista, que se apropria dos luxos da nobreza e, no seu oposto, “[...] um número elevado de miseráveis, que não possuem nada e não têm nenhum direito” (LARIVAILLE, 1988, p. 195), o resultado dessa estratificação foi a ocorrência de sucessivas revoltas de uma plebe explorada e maltrapilha. População ociosa e marginalizada, que incendeia, vandaliza e saqueia. Ajuntamento inútil e despreparado, fonte de pobreza, violência, doenças e baixa expectativa de vida. Grupo fragmentado que se tornava, no entanto, vetor de mudanças no bojo de um poder central que, por necessidade, vê-se pressionado a repensar suas práticas de governo a fim de dar conta daquelas inadiáveis turbulências. Com efeito, uma das chaves para a compreensão do Estado Moderno não advém do encaixe entre o Iluminismo e os seus nobres princípios, mas, na leitura de Foucault (2014a, p. 138), de embates urbanos como a “[...] coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, ou ainda a prostituição e as doenças venéreas”. É sob esse pano de fundo que Foucault desenvolve as pesquisas que se materializaram em *Vigiar e Punir* e *A Vontade de Saber*.

Com *Vigiar e Punir*, Foucault discutiu sobre uma racionalidade estatal que objetivava disciplinar seus indivíduos para introduzi-los em um regime produtivo de inspiração industrial-capitalista (DELEUZE, 2005). Em *A Vontade de Saber*, é motivo de preocupação e interesse do Estado gerir a vida de uma população em franco crescimento demográfico e de múltiplas características socioeconômicas; é sua vontade produzir forças ao nível do corpo que o façam adestrado e útil, maleável e docilizado. Essa diretriz estratégica contrasta sobremaneira com o até então modelo vigente, celebrizado n’*O Príncipe*. Naquelas páginas,

Maquiavel tinha em vista a atividade de um soberano que recebia seu cargo por herança, conquista ou aquisição e, que, portanto, obrigava-se a governar por meio de táticas repressivas que manteriam o controle do seu território (MAQUIAVEL, 2001). Justamente por isso, era frágil, posto que não havia “[...] razão, a priori, imediata, para que os súditos aceitassem o governo do príncipe” (FOUCAULT, 2014b, p. 410). Com aquele efervescente contexto que pairava na Europa entre a Idade Média e a Modernidade, esse mecanismo centralizado, essencialmente punitivo e exterior à população governada entraria em queda livre. Ele iria, paulatinamente, dar lugar ao que Foucault (2008a) se referiu como *governamentalidade*.

Partindo-se do pressuposto conforme o qual o melhor governo não seria aquele que apenas executasse a gestão do seu território, e sim que pensasse como “[...] fazer com que o Estado pudesse se tornar sólido e permanente, que pudesse se tornar rico, que pudesse se tornar forte diante de tudo o que podia destruí-lo” (FOUCAULT, 2008a, p. 6), o conceito de *governamentalidade* correspondia, para Foucault, às práticas estratégicas que punham em operacionalização esse macro interesse de manutenção estatal. No bojo dessa ideia tem que se levar em conta que o Estado se torna consciente da ineficácia do governo aparelhado para a repressão e a violência; que percebe que o êxito da sua administração residiria, ao contrário, na divisão das suas ações com outras instituições e pessoas, a fim de introduzir sua vontade de poder nas mais ínfimas instâncias. Com o auxílio múltiplo de forças como a escola, a família, a Medicina e a Estatística, o que se deu foi uma verdadeira revolução copernicana na função do governante, que deixa de ser transcendental para se tornar imanente (FOUCAULT, 2014b).

Dessa mudança de ênfase na arte de governar, foram sendo criadas estruturas e técnicas com o propósito de potencializar as forças de uma população no intento de fazê-la adequada; tecnologias atuantes sobre o corpo e as suas condições de vida; investimento na saúde, na segurança, na proteção e no bem-estar da população. No âmbito das questões urbanas, da higiene, da revolução sanitária e do aprimoramento da Medicina, o desejo era que se conseguisse conjugar os padrões “[...] considerados necessários para o artesanato e o comércio” (FOUCAULT, 1995, p. 238). Como a população passa a ser meio e fim para o crescimento e a manutenção das riquezas, é preciso realizar a previsão de vida dos indivíduos, reduzir a mortalidade infantil, alargar a expectativa de vida, controlar a natalidade e estar atento ao planejamento familiar (HARDT & NEGRI, 2000).

O acoplamento desses artifícios heterogêneos, agrupando-se num conjunto de novas relações de poder e saber, Foucault (1987) chamou de *sociedade disciplinar*. Com a finalidade de abastecer o Estado de riquezas e fazê-lo mais forte, foi necessária a gerência de uma população, nos eixos microfísicos dessa, através da impressão em cada corpo de sutis características, procurando engendrar corpos dóceis e saudáveis. É fato que o corpo dócil não é inatamente

disciplinado e nem tampouco o seria naturalmente ou por mero determinismo. Seria imperioso que, para tanto, fosse fabricado tal modelo de subjetividade, sem o qual o próprio projeto da razão de Estado Moderna iria à bancarrota. Os exemplos dados por Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, nessa lógica, são nítidos.

Seja nos quartéis, seja nos colégios, seja nas escolas, Foucault se refere a práticas com o objetivo não apenas de aumentar a produtividade, mas também para evitar as aglomerações urbanas, encontrar facilmente qualquer um, dificultar a circulação aleatória e inviabilizar o comportamento delinquente. Separados, distanciados, seriados, compartimentados, os indivíduos passam a estar submetidos a um disciplinamento espacial que “[...] tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir” (FOUCAULT, 1987, p. 123). Esse processo atribui uma importância inédita dada ao horário, posto que por meio dele delimita-se fixamente cada atividade conforme a coordenação do relógio. Nesse relacionamento segmentado entre tempo e espaço, busca-se neutralizar as práticas espontâneas, como é o caso da escola, que antes orgânica, se torna seriada, através de seqüências e períodos específicos que se dão de uma etapa à outra; do mais simples ao mais difícil, do mais prematuro ao mais desenvolvido.

Até aqui, estamos vendo que, na passagem de um tipo de governo que se detém essencialmente sobre o território para uma arte que centraliza suas forças a partir da população, alguns dispositivos foram criados, outros aperfeiçoados, algumas práticas foram abandonadas e substituídas por outras. Assim, na vontade de fazer daquela massa supérflua de indivíduos “[...] uma espécie de máquina de peças múltiplas que se deslocam em relação umas às outras para chegar a uma configuração e obter um resultado específico” (FOUCAULT, 1987, p. 138), o Estado não deixará, pois bem, de encarregar-se das coisas, contanto que estejam em relações com os homens; sobretudo, uma gestão geral, na qual o território é apenas uma variável.

Ora, também é interessante que se enalteça o argumento segundo o qual é o a priori histórico, na perspectiva de Foucault, que dita as regras e condiciona o que se produz em termos sociais, políticos e econômicos. No caso do Estado, esse pressuposto é ainda mais válido, visto que foi através de uma lenta reflexão sobre como o seu poder se exercia que essa instituição modificou suas práticas de governo em vista de conservação. O alerta de Foucault, nesse sentido, é brilhante, pois ao contrário de pensar o Estado a partir de valores morais, teológicos ou políticos, o filósofo acredita na inexistência de qualquer essência nessa instituição que não seja a manutenção dos seus interesses. Com efeito, “O Estado só se subordina a si mesmo, busca seu próprio bem e não tem nenhuma finalidade exterior, isto é, ele não deve

desembocar em nada mais que em si mesmo” (FOUCAULT, 2008b, p. 389). É com essa bandeira fincada no farol da nossa análise que podemos, enfim, compreender sob quais aspectos históricos que os pensamentos liberais e neoliberais irão encontrar no interior do próprio Estado as condições para a sua emergência.

O neoliberalismo como resposta antagônica ao liberalismo clássico

Observamos que foi por mero desejo de conservação que o Estado se preocupou com a acumulação de riqueza, o aumento da sua população e a intensificação da sua força. É daí que urgiu a necessidade de dar conta das multiplicidades humanas por meio dos mecanismos disciplinares. Então, frente a um novo a priori histórico, seria natural que o Estado em algum momento se voltasse novamente para si mesmo, a fim de redefinir o que cabia e o que não lhe cabia mais fazer para. Em suma, o que devia e o que não devia continuar sendo motivo de responsabilidade das práticas de governo.

Uma das mais profficas análises desse deslocamento foi assinalada em dois dos últimos cursos que Michel Foucault lecionou no Collège de France no final da década de 1970, intitulados *Segurança, Território, População e Nascimento da biopolítica*. Esse período foi fértil para ir além das perspectivas lançadas em *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber*. Questões relacionadas à disciplina e à vigilância não foram abandonadas; contudo, ao perguntar-se sobre quais dispositivos disciplinares começavam a ser engendrados em meados do século XVIII, Foucault vê uma arte de governar transformada, por cujas estranhas circularia com notoriedade o liberalismo clássico.

Para Foucault (2008a), por essa época gradualmente a razão governamental foi pensando se não estaria ultrapassando seus limites no que tocava ao governo dos homens; que, no final, isso acarretaria no enfraquecimento do próprio Estado. Dessa reflexão emergiram duas conclusões. Em primeiro lugar, que era necessário limitar as práticas governamentais para melhor exercê-las. Em segundo lugar, que existiam atividades que interessavam e aquelas que não interessavam mais ao Estado. Via de regra, o que se consolidava era uma alternância de *governamentalidade*, posto que a própria problemática colocada pela razão de Estado se desprendia das âncoras anteriores.

Com esse fundamento em mente, acentuou-se do século XVIII em diante o princípio de que um Estado que se expandisse sem limites tenderia à ineficiência de governo. Por isso, acreditava-se que o motivo do seu sucesso e o vigor da sua força residiria não no seu inchaço administrativo, mas, opostamente, no exercício limitado da arte de governar, que deveria ter clareza das instâncias sob as quais empreenderia suas práticas. Nesse contexto, a principal

instância através da qual se mediria o êxito do Estado seria alavancada pela economia; por isso, o Estado precisava fazer do seu território um espaço no qual a primazia fosse dada aos interesses do indivíduo, “[...] para deixar o melhor-estar de cada um, o interesse de cada um se regular de maneira que possa de fato servir a todos” (FOUCAULT, 2008b, p. 466). Desse modo, não houve o desmanche da territorialidade ou da disciplina, mas uma alternância de ênfase que encaminhava a *governamentalidade* para a edificação de dispositivos que tinham como meta governar a população através da gestão de acontecimentos e o incentivo aos interesses.

É fácil observamos como no bojo dessas mudanças de perspectiva no século XVIII encontramos os princípios básicos presentes no liberalismo clássico de Adam Smith, John Locke ou David Ricardo. Com efeito, aparece em relevo nesses desdobramentos uma razão de Estado impressa pelas leis naturais do mercado e que governa visando o interesse individual. Uma verdade posta sinalizando que os axiomas reguladores do mercado são os melhores termômetros para equilibrar o melhor viver, pois aquele obedece a procedimentos espontâneos, de cuja ordem natural é emanado o preço do produto. É através de relações de troca desregulamentadas, avalizadas pelo preço, que o Estado recebe os critérios que permitem “[...] falsificar ou verificar a sua prática governamental” (FOUCAULT, 2008a, p. 45). Por consequência, há “[...] uma arte de governar que se transforma, pela economia política, em governo da população, cujo pano de fundo é o liberalismo e cujo regime de verdade é o mercado” (ARAÚJO, 2009, p. 39). É preciso definir o que é da instância pública e o que é da instância privada; fazendo-o, a racionalidade estatal enxuga suas funções para materializar seu objetivo: oportunizar a liberdade – organizando-a, instigando-a, consumindo-a.

De um lado por um continuado questionamento sobre a eficiência do governo e, de outro, pela entrada das linhas econômicas liberais no interior das suas práticas, elaborou-se uma subjetividade idealizada que ora se esperava que fosse dócil e disciplinada, ora livre e comercial. No final de tudo, um ideal de indivíduo sujeitado a rede de capilares mecanismos que almejavam torna-lo útil e efetivo para os interesses do a priori histórico que se hegemonizava.

Com o terreno aplainado para sua utilização pela própria razão de Estado, o liberalismo clássico se expandiu do século XVIII em diante com notoriedade. Mediante a execução das suas bases, logo alicerçadas no governo dos interesses e comparando o mercado às leis da natureza, a História nos ofereceu uma infinidade de exemplos da influência dessa escola econômica nas mais diversas instâncias sociais. O Estado, de fato, foi intimidado a separar-se da economia e permitir que a célebre mão invisível smithniana atuasse livremente.

É profícuo analisar que, para o bem ou para o mal, muito do que aconteceria em termos históricos a partir daquelas rupturas seria corolário da influência liberal. Seja naqueles países que seguiram à risca tais doutrinas, seja aqueles que a negaram, mas permaneceram sob a égide da economia, ou até mesmo os Estados que botaram o capitalismo de ponta cabeça e buscaram outra via (socialismo real...), o fato é que se trata de uma tarefa impossível pensar o século XX sem estarmos sob a luz do liberalismo clássico. Isso porque foi por meio das consequências do que se fez em favor dele, ou contra ele, que o pensamento neoliberal engendrou suas matrizes filosóficas e econômicas.

Para entendermos a emergência do discurso neoliberal, é preciso que se identifique sob qual pano de fundo histórico, político e econômico ele ganhou espaço fértil para ser edificado. Na sequência, em que pese a semelhança aparente, compreender em que sentido ele se diferencia do liberalismo. Por último, assinalar por intermédio desses pressupostos que tipo de subjetividade se espera que seja produzida pela *governamentalidade* neoliberal.

Antes de mais nada, temos que lembrar da série de defeitos engendrados à sombra do liberalismo dogmático, que teve no débâcle de 1929 o seu evento mais famoso. É necessário compreender a soma de fatores que, pouco a pouco, foram contribuindo para pô-lo em crise. Dentre eles, poderíamos citar o protecionismo alfandegária, o socialismo soviético de Estado, a economia planificada e o intervencionismo keynesiano, como práticas que foram consequências, ainda que algumas vezes contrárias, ao liberalismo (FOUCAULT, 2008a). E mesmo aqueles Estados que seguiram esse mote discursivo pagaram o preço de não acompanhar as mutações do capitalismo, os conflitos de classe e a ameaça à propriedade privada. Já o sonho do *laissez-faire*, na aurora do século XX, transformou-se em pesadelo, com o aumento dos oligopólios e monopólios, a influência dos rentistas e as corrupções advindas da esfera política; como perspicazmente assinalaram Dardot e Laval (2016, p. 40), “A mão visível dos empresários, dos financistas e dos políticos ligados a ele enfraqueceu formidavelmente a crença na mão invisível do mercado”. Sem falar, é claro, do recrudescimento dos nacionalismos e dos novos imperialismos, que, rivalizando entre si, deram um tom de acentuada tragédia àqueles ideários de prosperidade e liberdade (FOUCAULT, 2008a; DARDOT & LAVAL, 2016).

Com esses complicados fatos históricos, torna-se um ato mais simples entender que, a partir da década de 1930, o liberalismo clássico já não era mais tábua de salvação para os problemas da humanidade. Que tenhamos claro, nesse seguimento, três instrumentos analíticos que vão nos ser úteis: a) que o pensamento neoliberal teve um desejo de manter distância ou até mesmo romper com aqueles axiomas dos séculos XVIII e XIX; b) que nesse desejo não se poderia encontrar, entretanto, uma vontade de abandono ao capitalismo e à

economia de mercado; ao invés disso, o alvo principal é o Estado, de modo que “[...] o neoliberalismo não é apenas uma resposta a uma crise de acumulação, ele é uma resposta a uma crise de *governamentalidade*” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 26); c) que o discurso neoliberal não se tratou de um produto unitário desenvolvido de uma hora para a outra, mas sim enquanto resultado de um longo movimento histórico que foi reunindo argumentos dispersos, agrupando-os, até se materializarem na matriz coesa presente em eventos como o Colóquio Walter Lippmann (1938), passando, nas últimas décadas, pelos encontros na Comissão Trilateral e no Fórum Econômico Mundial de Davos.

No levantamento de literatura que comumente se faz em torno da constituição discursiva do pensamento neoliberal, em geral aparecem duas escolas principais: o *ordoliberalismo* alemão e o *anarcoliberalismo* austro-americano (FOUCAULT, 2008b; VEIGA-NETO, 2000; DARDOT & LAVAL, 2016). Não cabe que se faça, neste artigo, uma descrição minuciosa de cada um dos elementos históricos e econômicos presentes em cada uma dessas correntes; basta, por ora, identificar suas principais linhas de força, e para qual direção convergem suas propostas.

O *ordoliberalismo* foi preconizado em meio ao final da década de 1930 e teve entre seus principais expoentes estudiosos como Walter Eucken, Alexander Rustow e Wilhelm Röpke. Tendo como alvo a planificação econômica realizada pelo Estado, a linha de raciocínio que se destaca seria a de que a sociedade deve ser organizada pela economia de mercado. Ao contrário da ideia advogada pelo liberalismo clássico, a economia deve, no entanto, estar submetida a instituições e normas jurídicas que a regulamentam, de modo que se garanta a liberdade dos processos econômicos sem infringir o equilíbrio social. Cabe a tais dispositivos, com efeito, garantir a ordem e a competição justa, neutralizando as falhas do mercado. Por outro lado, o *anarcoliberalismo*, fruto de um cruzamento teórico entre a Universidade de Viena e a Escola de Economia de Chicago, nega o intervencionismo jurídico defendido na escola anterior e prescreve que o Estado se retire por completo da regulamentação econômica; que se envolva, apenas, em atividades que oportunizem o melhor estado para a movimentação do mercado.

Por essa breve descrição da confluência entre essas escolas, o leitor atento já consegue perceber que elas não envolveram suas análises em torno de pensar se o Estado deveria ou não ditar o ritmo da economia. Afinal, o que iluminava o debate conjecturava quais seriam as melhores maneiras de colocar o Estado a serviço da economia, ao invés de separar um do outro. Nesse sentido, ressalvadas as diferenças, o que o *ordoliberalismo* e o *anarcoliberalismo* propuseram era a necessidade de “[...] um Estado sob a vigilância do mercado em vez de um mercado sob a vigilância do Estado” (FOUCAULT, 2008a, p. 159).

Um segundo ponto que clarifica a força que os neoliberais empreenderam para colocar de cabeça para baixo os ensinamentos de Ricardo e Smith aparece no contraste entre a *troca* e a *competição*, sendo aquela característica central no liberalismo e essa pedra de toque da doutrina neoliberal. Nos séculos XVII e XVIII, a troca é o mote da economia de mercado, de forma que cabe ao Estado deixá-la livre. O princípio governamental mais propício para os liberais é o da não-interferência, somente garantindo a propriedade privada e a vontade individual. Ora, a supremacia da troca é exatamente o lugar em que os neoliberais não querem estar: eles propõem colocar o essencial na *competitividade*. Sendo assim, no momento em que se torna “[...] necessário governar para o mercado” (FOUCAULT, 2008a, p. 165), cabe ao Estado e à política subordinarem suas práticas e decisões às relações econômicas e mercantis.

Com essa conjuntura posta, é intrigante depreender como a discussão entre a ideia de um Estado mínimo ou máximo acaba por ser transformar em um falso dilema, pois, no bojo do neoliberalismo, essa dicotomia sequer existe. Quando levamos em conta que a *governamentalidade* neoliberal se põe a serviço do mercado, ela tem uma mão, ao mesmo tempo, leve e pesada. Leve: intervenção silenciosa, para consertar aquilo que pode obstaculizar o livre exercício da atividade econômica. Pesada: através da instauração de órgãos classificadores, estatísticos e avaliativos, fazendo uso do maior número de dados, fontes, conclusões científicas e inventários demográficos a fim de eficientemente governar a população em prol de uma competição justa e ordenada. Enfim, fazer com o que o Estado crie as condições para que todos possam competir, para que todos possam tornar-se empresários de si mesmos. Trata-se de um jogo, no qual todos são forçados a participar e no qual alguns vão ganhar e outros vão perder. Jogo legislado conforme as regras do capitalismo avançado. Regras, fiscalizadas, por sua vez, pelo dispositivo estatal, a partir do pressuposto de que esse jogo econômico “[...] seja o mais ativo possível, que beneficie o maior número de pessoas” (FOUCAULT, 2008a, p. 277).

Com as âncoras atracadas no porto da competitividade e pensando a sociedade como uma arena de disputa pelo poder do mais lucrar e do mais consumir, quem diria que no seio do neoliberalismo não encontramos, a partir de um autor como Foucault, nenhuma rejeição ou esvaziamento do Estado? E quem iria imaginar que as suas funções, recondicionadas pelo a priori histórico hegemônico, seriam transformadas, de forma que essa instituição se transformou na principal promotora de uma nova subjetividade? Na medida em que o cerne da questão se desloca para o investimento em capital humano, com o intuito de fabricar o *homo oeconomicus*, novos mecanismos capilares de poder são postos em operação.

Homo oeconomicus

No final da sua vida, Gilles Deleuze propôs, no famoso texto *Post-Scriptum sobre as sociedades de controle*, que “[...] as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos” (DELEUZE, 1992, p. 220). A interrogação que atravessava aquela comunicação orbitava em torno de pensar quais produções hegemônicas de subjetividade estavam anunciando-se no crepúsculo do século XX, sendo colocadas no lugar daquelas que fabricavam os velhos corpos dóceis. Na visão de Deleuze, com a série de mudanças decorrentes da transição de um capitalismo industrial em direção ao capitalismo financeiro e empresarial, a centralidade em torno daqueles procedimentos disciplinares entra em declínio para ser substituída por novas formas de domínio dos corpos. Trata-se de uma gama de relações que ao serem produzidas pela acumulação flexível do capital, solicitam a formação de um sujeito flexível e volátil, que se modifica a todo momento e abandona seus conhecimentos prévios para adaptar-se à competitividade, à inovação e à obsolescência planejada. Nesse sentido, se Foucault mostrou-nos que nos hospitais, nas prisões, nas fábricas e nas escolas o objetivo era imprimir na carne do sujeito uma tatuagem para a vida toda e que correspondia, a rigor, ao modelo fordista de produção, o cenário se inverteu no final do século XX de maneira crucial. Sujeito antes escolarizado para a vida toda, e superespecializado por uma atribuição que lhe seria útil até o final da sua vida, eis que as técnicas de subjetivação se deslocaram para outros fins, isto é, uma espécie de “[...] moldagem autodeformante que muda continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (DELEUZE, 1992, p. 225).

Esse cenário parece mais evidente quando analisamos o contraste que se forma entre as subjetividades requeridas pela fábrica, força-motriz do capitalismo industrial-fordista, e as subjetividades requeridas pela empresa, uma das principais âncoras do pensamento neoliberal. Conforme nos elucidou Deleuze (1992), o modelo de fábrica concentrava seus trabalhadores rigidamente, distribuindo-os no espaço e ordenando-os no tempo. Já a empresa, ao contrário, não compra matéria-prima nem vende produtos acabados: ela exerce um capitalismo de venda de serviços e compra ações, ao invés de bens materiais; sua configuração é dispersa, e não enraizada. Exige a presença de trabalhadores dinâmicos, que vão de um lugar a outro, usam e abandonam, especializam-se em deixar para trás e darem atenção ao que lhes parece mais rentável em determinado momento. É por isso que Harvey (2012, p. 210), em tom de lamento, avisou que “[...] os trabalhadores, em vez de adquirirem uma habilidade para toda a vida, podem esperar ao menos um surto, senão muitos, de desabilitação, e reabilitação no curso da vida”.

Seguindo esse fio condutor é que podemos, igualmente, localizar a valorização da cultura do empreendedorismo. Essa vem se infiltrando nas práticas sociais a fim instigar a formação do microempresário, que investe sobre si mesmo, toma decisões, assume riscos e realiza cálculos, prognósticos e planejamentos; “[...] transmuta-se, assim, num indivíduo micro-empresa: Você S/A” (COSTA, 2009, p. 177). Nesse caso, aquele que empreende não seria tal como o sujeito produtor endereçado pela organização industrial tradicional, que produzia mercadorias para posteriormente trocá-las: o empreendedor efetua um trabalho continuado sobre si mesmo, potencializa seu capital humano de modo que seja mais ativo; ele desenvolve estratégias de competição e competência, de modo que possa inclusive vender-se, valorizando sua individualidade e fazendo intermináveis propagandas da sua imagem. Com o auxílio condutivo de managers, experts, especialistas e gurus, ele efetua uma verdadeira ascense, de modo a comparar seu desempenho com um espelho representado pelo sucesso e a criatividade. Vira alvo, enfim, de uma multiplicidade de técnicas que vão desde o *coaching* à programação neolinguística, a fim de que ele se assemelhe a uma empresa em sentido stricto, mesclando seus desejos individuais com os aportes da excelência nos negócios. É sabido, aliás, que o empreendedor é aquele que tem plena noção dos riscos que corre, que o solo sob o qual exerce sua atividade profissional é movediço e transmutável; conhecendo de perto a finitude do seu vínculo assalariado, tende a estar cada vez mais disponível e mais comprometido com a empresa que lhe paga. A respeito disso, foi com notoriedade que Claval e Dardot (2016) localizaram no bojo desse discurso uma reação em cadeia que se retroalimenta sempre, pois se o sujeito sabe que pode ficar desempregado, ele se aprimora ainda mais no seu potencial de competência, promovendo como resultado um espaço de condições ainda mais duras de trabalho que, paradoxalmente, foram engendradas justamente por aqueles que lá laboram.

Nessa corrida insana pelo atingimento de metas e conquista de mais e mais prêmios, ganha aquele que não apenas é mais eficiente, mas que, para começo de conversa, admite que não sabe tudo e sempre tem algo de novo a adquirir. Ganha aquele que, enfim, educa-se permanentemente. Não por acaso, Hardt (2000) havia escrito que a subjetividade neoliberal é artificial ou até mesmo plástica, pois ao exigir da força de trabalho que faça seguidas formações continuadas, o que interessa é que o indivíduo se qualifique para sucessivos processos de *desaprendizagem*.

As revoluções informacionais e a transição para regimes flexíveis de acumulação nos envolveram em meio a mudanças organizacionais e aceleração dos ritmos cotidianos. Trata-se da proliferação de mercadorias/serviços pouco duráveis e a cada instante inovadas. Os códigos temporais catapultam para o caótico, o descontínuo e o efêmero, não mais se baseando em critérios como ordem, linearidade e eternidade. A história passa não mais a ser encarada como

dotada de direção evolutiva, mas se faz na pluralidade de histórias. A preocupação passa a ser o instantâneo. Com a ênfase na produção de mercadorias e serviços instantâneos e descartáveis, não surpreende que aos poucos de estabeleça na mente das pessoas o desapego à estabilidade. Se as relações do homem com o tempo fornecem os dispositivos que lhe orientam na sociedade, podemos colocar que vivemos em uma sociedade de presentificação. Podemos tecer algumas considerações sobre esta questão. Uma delas é a própria negação da ideia de projeto, de planejamento. E isso passa a acontecer não somente porque o presente ganha uma importância gigantesca, mas também pelo fato de as incertezas e o imprevisível estarem corroendo as noções de projeção. Ao nível mais individual é nítida a percepção de medo e insegurança das pessoas diante do futuro.

Nessa valorização de ambientes fugidios e voláteis, são abertas as condições de possibilidade para que o individualismo seja oportunizado e até mesmo exortado. Se das pessoas exige-se uma predisposição a inovar, é porque a acumulação flexível se sustenta pela ideia de que a prática empreendedora é que permite à economia orientar-se para o crescimento. É essa postura que a razão de Estado neoliberal assume para posteriormente distribuí-la. A prática da novidade é incongruente ao perfil do anacrônico profissional apregoado pelo fordismo clássico. Como não se fazem mais estoques como antigamente, mas produção em reduzidos lotes, de acordo com a demanda, os cargos terão múltiplas atribuições, contínuos treinamentos que vão fazer da aprendizagem no trabalho uma postura constante. É preciso dinamizar a tecnologia e aprimorar a qualificação – o discurso da qualidade, com efeito, presume eliminar os erros com a maior precisão possível, sem que recursos e bens sejam desperdiçados ou deem prejuízos desnecessários. Não é e nem poderia ser para qualquer profissional que seriam entregues essas responsabilidades.

No entanto, a questão é que, em níveis empresariais, essa volatilidade cancela o planejamento a longo prazo, e aí residiria a preocupação capitalista na aceleração de giro do capital, bem como métodos de espoliação global através dos circuitos financeiros hipertrofiados; tratam-se de táticas de saque generalizado que em nada devem à rapina praticada no colonialismo iniciado no século XVI. É justamente diante deste horizonte inseguro que as empresas, por exemplo, investem mais em propaganda. Não se trata somente da simples criação da imagem para além da mercadoria que quer se vender. A imagem da propaganda deve construir noções associativas com tal marca como “respeitabilidade”, “qualidade”, “prestígio”, “confiabilidade” e “inovação” (HARVEY, 2012). E mais: deve gerar constantes insatisfações com aquilo que se tem por meio da apresentação daquilo que está por vir. Assim, o consumidor torna-se um “acumulador de sensações” (BAUMAN, 1999).

No âmbito das relações entre os seres humanos, a subjetividade dos indivíduos fica cada vez a mais à mercê da temeridade. Trata-se de uma sensação que reluta na própria ideia de solidão, mas que paradoxalmente, evita o estabelecimento de vínculos estáveis que possam impedir uma disponibilidade do indivíduo a novas experiências e oportunidades. É então que se configuram redes relacionais de momento, efêmeras e isentas de qualquer compromisso.

Efeitos do discurso: como fica o espaço geográfico contemporâneo?

Nesse novo empreendimento de subjetividades neoliberais, temos em perspectiva uma relação de imanência em que não só o tempo e o espaço são modificados pelas ações do neoliberalismo como, inclusive, essas também se fundamentam pelos arranjos anteriores materializados no espaço geográfico. É por isso que, antes de finalizar, gostaria de sinalizar algumas consequências dessas novas disposições sociais do capitalismo contemporâneo, tendo em mente, é claro, o discurso neoliberal.

Harvey (1993) traz, sobre essa nova conjuntura, uma importante elucidação referente ao espaço. Segundo nos demonstrou com excelência o célebre geógrafo, a busca pela aceleração do tempo de giro do capital, intrínseca à sua própria razão de existir, trouxe ao mundo uma série de inovações de superação espacial. Consideremos, inicialmente, os ajustes espaciais implantados com a revolução técnica-científica-informacional, sendo esses instituídos como resposta à crise de acumulação durante a década de 70. O conjunto de inovações técnicas de mobilidade e gestão daquele contexto veio a concretizar a ofensiva do capital sobre o trabalho, fazendo emergir uma forma de acumulação flexível. Tal ofensiva não só oxigenou as possibilidades do capital naquele momento como permitiu às burguesias uma recuperação generosa dos seus lucros durante as décadas.

Em realidade, as inovações do contexto colocado, ainda em desenvolvimento, fazem parte “[...] do processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista” (HARVEY, 2012, p. 264). Os territórios modernos, areolares por excelência, passam então cada vez mais a dividir/disputar espaço, com uma configuração territorial nova: as redes. Percebe-se agora uma nova forma de configuração do espaço, operada pela descontinuidade dos territórios-zona que estão ligados através de um território-rede. Trata-se nitidamente de uma fragmentação.

Porém, a realidade reticular parece estar de fato implodindo o mundo com a derrubada de barreiras espaciais, através da tecnologia de informação. Isso confere ao capital a desnecessidade de reconhecimento espacial e temporal, posto que suas transações ocorrem em tempo real. Assim, as conexões das redes estão longe da universalização e sequer logram

dissipar as exclusões já existentes. Os usos do espaço não somente são diferenciados, como também indicam a diferenciação entre aqueles que os utilizam. A mobilidade sobre o espaço é extremamente diferenciadora, tal como a velocidade desta mobilidade. Muitos, neste mundo pretensamente global, estão fisicamente presos às restritas porções espaciais do local, embora grande parte deste seja alvo passivo do bombardeio de imagens de todo mundo que são disponibilizadas pelas tecnologias da informação. É autorizado somente aos “sujeitos neoliberais por excelência” o luxo de esnober as fricções espaciais e comportarem-se como “turistas”, que vivem no tempo e movem-se por prazer ou trabalho. Já os “vagabundos” de Bauman (1999), os refugos indesejáveis, movem-se por que são empurrados pela falta de opções suportáveis.

O espaço geográfico, na medida em que tem suas dimensões cartesianas superadas, confere aos detentores do capital ampla vantagem, já que esses estão menos presos aos condicionantes territoriais. Sendo assim, aqueles poderes líquidos do capital rumam em direção a uma liberdade quase sem limites, o que representa um risco para aqueles que estão presos ao local, como também para as fronteiras territoriais do Estado erodidas pelos monopólios transnacionais. E este mesmo Estado, quando devidamente cooptado, não desaparece ou se minimiza como propagam alguns, mas sim se transforma, limpando os possíveis obstáculos para o capital financeiro e especulativo. Aliás, a desterritorialização, para uma posterior territorialização mais lucrativa, é um grande trunfo na luta de classes atual, pois vivemos um momento de concorrência ainda mais acirrada. A dispersão espacial (uma dispersão concentrada, como é obvio no capitalismo) de plantas industriais mundo afora é testemunha deste processo. Porém, existem sim ações locais ou estatais que podem dotar seus territórios de trunfos importantes para atrair ou não o capital desejoso: eis as guerras espaciais que podem assumir diversas formas, dentre elas a guerra fiscal. Em outras palavras, tal como o sujeito neoliberal, também o Estado se empresaria a fim de ser um receptáculo atraente de investimentos.

Enfim, tudo isso responde a um processo cuja presença é imprescindível no modo de produção capitalista: a destruição criativa. Como vimos, para que a acumulação do capital não seja estancada, a produtividade deve ser perpassada por uma ação simultânea de inovação e desvalorização, ou mesmo destruição, do trabalho e dos elementos desenvolvidos – e, também, dos trabalhadores. Esse movimento interno rebate no ordenamento do espaço geográfico, posto que certos territórios serão ocupados se forem vantajosos; igualmente, também podem vir a serem abandonados, desdenhados ou mesmo erodidos. Como Harvey (2012, p. 103)

concluiu, a destruição criativa indexa “[...] à insegurança uma dimensão geográfica vital”. Se é indiscutível que esse caráter destruidor do capitalismo nos possibilitou reformas tecnológicas, o lado nefasto é que nos trouxe não só as crises cíclicas, mas também uma sensação de insegurança que nos impede de nos apegarmos a qualquer espaço que seja. A impressão que dá é que sempre estamos a meio passo de arrumar novamente as malas. Seria essa facilidade de mudança doméstica mais uma característica a ser exigida do empreendedor?

Considerações finais

Com as teias tecidas, chego ao final desse artigo com a conclusão provisória de que, de fato, os efeitos da verdade neoliberalismo já se tornaram visivelmente sentidos na esfera social contemporânea. Não apenas pelas importantes repercussões no tempo e no espaço geográfico, mas principalmente no que se refere à formação dos “sujeitos neoliberais”, o que temos é a notável junção de uma arte de governar com um modo específico de se viver. Para o bem ou para o mal, é o que temos hegemonizado. Difícil dizer que algum de nós esteja fora desse arco. Bem, é sob a égide desse panorama que desejo, antes de encerrar, sinalizar um último argumento que considero importante.

Em primeiro lugar, é correto dizer que o neoliberalismo instituiu novas práticas sociais. No entanto, tanto mais efetivo ele se tornou pelas condições históricas anteriores que já existiam, dentre elas e, principalmente, o modo capitalista de produção. Desse modo, as próprias palavras de ordem neoliberais são uma sobreposição quase perfeita à acumulação do capital. O capitalismo se orienta perpetuamente para o crescimento e, por isso mesmo, nele persiste o caráter paradoxal, porém elementar, da inovação seguida da destruição. Os processos síncronos de superprodução e subconsumo são as típicas manifestações dessa contradição interna. Uma alta produção de bens acaba por gerar, em dado prazo, um baixo índice de consumo, oportunizando as bases para o aumento do desemprego. Como se é amplamente conhecido, esse modo de produção vem lidando ao longo da história com a superacumulação de inúmeras maneiras, a saber: a) desvalorizar as mercadorias ou destruí-las, o que atinge o trabalho, através da queda dos salários, do desemprego, etc.; b) o Estado equilibrar as instâncias públicas e privadas, de modo que a inovação tecnológica caminhe lado a lado com a força de trabalho; c) efetuar, como vimos, o deslocamento temporal e espacial do processo produtivo, tanto para acelerar o tempo de giro quanto para intensificar a extração da mais-valia e estimular o consumo. Essas medidas paliativas tiveram seu auge entre 1930 a 1973. Porém, em algum momento da história recente, não deram mais conta da problemática. Como explicou Harvey (2012), a desvalorização contínua tem um preço político caro que

poucos atores sociais se dispõem a pagar, pois alimenta uma corrosão do sistema, que se volta contra ele, seja em menor escala pelo aumento dos movimentos ideológicos de esquerda, seja estruturalmente, pelo acionamento de algum tipo de resposta revolucionária. Recorrer ao modo keynesiano, por sua vez, tornou-se a longo prazo ineficaz, servindo somente a algum objetivo específico de conter determinada crise de superacumulação, e não como uma ferramenta.

Em certa medida, a acumulação flexível veio para resolver parte desses problemas. Foi preciso, por conseguinte, romper com a rigidez e flexibilizar a acumulação em todas as instâncias possíveis, sejam elas a do trabalho, mercados, produtos e padrões de consumo. Foi preciso reconstruir o alicerce de um espaço e tempo de produção, de modo que ações de inovação tecnológicas, comerciais e organizacionais sejam intensificadas. Mais do que tudo isso, entretanto, tornou-se um imperativo basilar lançar as âncoras numa nova Filosofia política, econômica e social, que repensasse não só as funções do Estado e do seu governo, mas também a própria construção do sujeito. Sobre o Estado, suas políticas são bastante evidentes para percebermos que algo está em curso, basta lembrarmos das políticas de austeridade que apregoam as reduções fiscais e a diminuição dos compromissos sociais pelo poder público que, ao mesmo tempo, opta por climatizar a economia de mercado, tornando-a propícia aos negócios. Estado mínimo de um lado, Estado máximo de outro. Difícil entender essa nova conjuntura pela ótica dos binarismos.

No que toca à formação do sujeito neoliberal, a questão se torna mais séria. Talvez ainda não tenhamos claro a força dessa maquinaria na constituição das nossas formas de ser, viver e conviver. Mas Foucault e outros nos mostraram que, sem dúvida, somos hoje alvo de uma série de dispositivos de captura e sequestro da nossa subjetividade. Nossos espelhos já refletem um tipo idealizado, que compete, empreende e inova. Nossa representação de sucesso, por sua vez, está balizada, lastimavelmente, no consumismo e no vazio da compra sem sentido. Avaliamos e somos avaliados. Usamos e largamos. Não haveria como isso tudo não se desdobrar em amplas transformações no espaço geográfico. Nesse novo cenário, uma utopia mais elevada na qual pudéssemos enganchar nossos idealismos vem fazendo muita falta.

Neoliberal governmentalism and some implications in contemporary geographic space

Abstract: The article presents a genealogy of neoliberal thought through the perspective of Michel Foucault, in an effort to answer the following question: what would be the implications of this discourse in the reading of contemporary geographic space? With this aim in mind, the discussion is developed based on 1) raising the concept of Foucauldian governmentality; b) to understand, from this, the

construction of classical liberalism; c) to situate the historical conditions of emergence of neoliberalism; d) differentiate it from liberal discourse; e) to problematize the *homo oeconomicus*; e) to point out some effects of the regime of neoliberal truth in contemporaneity, in terms of both space and time categories.

Keywords: Neoliberalism. Foucault. Governmentality. Space. Time.

Referências

ARAÚJO, I. Foucault, para além de Vigiar e Punir. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 28, p. 39-58, jan.-jun. 2009.

COSTA, S. S. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 171-186, mai.-ago. 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. (Orgs.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. *Ditos e escritos III*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____; NEGRI, A. *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2000.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LARIVAILLE, P. *A Itália nos tempos de Maquiavel*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.

VEIGA-NETO, A. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, V.; CASTELO BRANCO, G. (Orgs.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, 2000.

Sobre o autor

Bruno Nunes Batista - Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professor do Instituto Federal Catarinense.

Recebido para publicação em junho de 2018

Aceito para publicação em dezembro de 2018